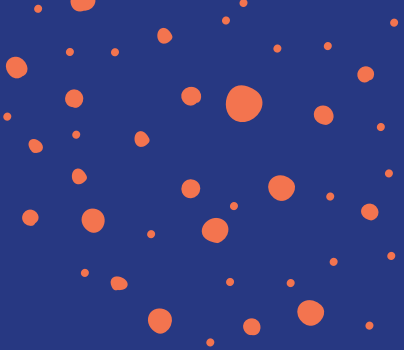


ÁREA DA INFÂNCIA

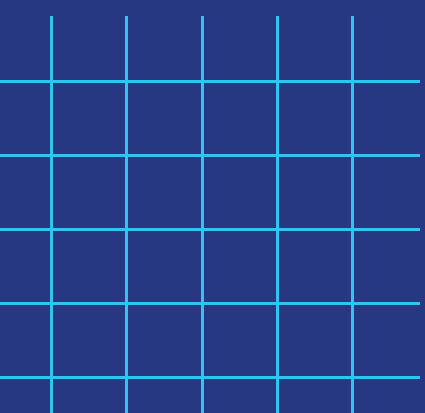
Guia de implementação





Este material é um Guia de Implementação da Área da Infância, baseado nas experiências realizadas na cidade de Jundiaí, em São Paulo. A expectativa é que o presente Guia sirva de apoio para gestores municipais darem continuidade na expansão do projeto em outros territórios.

A partir da iniciativa Urban95, realização da Prefeitura Municipal de Jundiaí e desenvolvimento do Ateliê Navio, foram implementadas Áreas da Infância em três bairros do município: Vila Arens, Novo Horizonte e Santa Gertrudes. Os territórios foram selecionados com base nas diretrizes do planejamento urbano municipal e planos de bairro, levando em consideração a existência de equipamentos públicos e o caráter de vulnerabilidade social da população.



FICHA TÉCNICA

Concepção e desenvolvimento:

Ateliê Navio

Fundadora
Ursula Troncoso

Colaboradoras
Ana Beatriz Stringhini
Beatriz Paiva
Camilla Duarte
Cora Rocha
Giovanna Tozzi
Isadora Garcia
Luri Russo
Marina Amorim
Michele Pinheiro
Patrícia Rabbat
Raíra Spera
Talitha Rodrigues

Realização Áreas da Infância em Jundiaí:

Prefeitura Municipal de Jundiaí

Fotografia:

André Albuquerque
Denise Meirelles
Prefeitura Municipal de Jundiaí

Foto da capa:

André Albuquerque

Foto da página final:

Denise Meirelles

Projeto gráfico: Ateliê Navio

Identidade visual: Designeria

Bianca Franchini
Mayra Silveira

Revisão: Ateliê Navio

Iniciativa: Urban95 - Fundação Van Leer

Representante no Brasil
Claudia Vidigal

Coordenadora de programas
Marina Arilha Silva
Thaís Sanches

Articuladora da Rede Urban95 Brasil
Taís Herig

Administração de Programas no Brasil
Beatriz Fumagalli
Christina Winnischofer



SUMÁRIO

01 O que é
Área da Infância?



02 Por que
fazer?

Como
implementar? **03**



04

Quais os
benefícios?



Área da Infância
na prática

05





01

O que é Área da Infância?



O projeto é a realização dos desejos das crianças!

O objetivo da Área da Infância é incluir a perspectiva de bebês, crianças pequenas e seus cuidadores no planejamento urbano, a fim de concretizar transformações nas cidades com foco na segurança e bem-estar da primeira infância e suas famílias. As intervenções são realizadas no entorno de rotas escolares, visando melhorar a qualidade do ambiente urbano ao promover equipamentos públicos de referência, espaços naturalizados, elementos lúdicos e segurança viária.

O projeto é desenvolvido em um processo colaborativo com as crianças, cuidadores, comunidade local e equipes municipais. A partir de escutas com as crianças, por meio de atividades lúdicas, e com os cuidadores e comunidade local, através da aplicação de questionários que avaliam a qualidade dos entornos escolares. O resultado da participação da população direciona as propostas de intervenção do entorno.



Foto: André Albuquerque



Foto: Denise Meirelles

As intervenções da Área da Infância são compostas por três elementos, desenvolvidos conforme suas escalas de implementação. A seguir, serão apresentadas as esferas englobadas no projeto, seus conceitos e objetivos.

O que compõe a Área da Infância?



Equipamento público



Espaço naturalizado



Urbanismo tático

Equipamento público

Equipamentos públicos são instalações ou espaços físicos, destinados à prestação de serviços para usufruto de toda a sociedade. Eles apresentam caráter institucional e possuem utilidade pública, garantindo o acesso da população à direitos sociais.

A função do equipamento público pode ser para educação, saúde, assistência social, cultura, lazer, esporte, entre outros. A escolha do equipamento público de referência para a Área da Infância deve se basear na importância da infraestrutura no entorno e no bairro, tendo o objetivo de prestar atendimento às famílias e ser um apoio para demais intervenções do projeto.





Foto: André Albuquerque

São caracterizados em dois grupos:



Equipamentos a serem estruturados

Recebem uma nova intervenção ativa no seu interior alinhada com as intervenções no seu entorno.



Equipamentos consolidados

Já apresentam boa estruturação física e institucional e passam a fazer parte do projeto como ponto de apoio ao restante das intervenções. Podem receber pequenas intervenções e suporte para ampliar seu potencial de atendimento à primeira infância e às famílias.

Espaço naturalizado

São espaços ao ar livre compostos por elementos de natureza que promovem o brincar ao ar livre de forma criativa e lúdica. Neles, os brinquedos naturalizados, isto é, feitos a partir de materiais naturais, como madeira, pedra, areia e água, possibilitam o desenvolvimento de habilidades motoras e sensoriais através da interação com a paisagem natural.

Nesses espaços, são priorizados brinquedos não estruturados, ou seja, que não possuem uma função definida, permitindo que as crianças usem sua imaginação e criatividade para determinar como brincar com eles.

Um espaço naturalizado incentiva que as crianças explorem brincadeiras ativas e exercitem a criatividade ao viabilizar o acesso às áreas verdes e o contato com a natureza. Assim, fortalece a relação com o espaço público urbano e com o meio natural, além de permitir o convívio entre as crianças e as famílias.





Foto: Denise Meirelles

As experiências em conjunto com a natureza ajudam no desenvolvimento integral, desenvolvem a criatividade e resolução de problemas, aumentam as capacidades cognitivas e melhoram as relações sociais e com o meio ambiente.

A presença e o aumento da cobertura vegetal e do adensamento de árvores também traz outros benefícios para a cidade, como o conforto térmico, maior permeabilidade do solo, melhor qualidade do ar e habitat para espécies animais.

Urbanismo tático

As intervenções de Urbanismo Tático da Área da Infância têm a intenção de melhorar a qualidade do espaço público, garantir segurança viária e incentivar a mobilidade ativa, que corresponde à mobilidade a pé e por bicicleta. A partir de um novo desenho urbano e incorporação de elementos lúdicos, o urbanismo tático prioriza o deslocamento a pé, especialmente feito pelas crianças, adotando estratégias para diminuir a velocidade dos veículos e proporcionar mais conforto e ludicidade durante a caminhada.

O Urbanismo Tático é uma abordagem que utiliza intervenções temporárias e de baixo custo para melhorar os espaços urbanos. Por isso, os impactos da intervenção são imediatos, o que torna possível avaliar e medir os efeitos no território para propor novas alterações e readequações.





Foto: André Albuquerque

Principais características

Utilizar materiais leves e de baixo custo, como tinta, balizadores, bancos e jardineiras

Envolver a participação da comunidade na concepção do projeto

Ser uma solução temporária para testar um novo uso para o espaço e criar mudanças permanentes

Estratégias



Travessias seguras e acessíveis
medidas para controlar a velocidade do carro, sinalização viária



Ampliação e qualificação dos espaços para pedestres
melhoria da pavimentação das calçadas, elementos inclusivos



Elementos lúdicos atrativos para as crianças
pinturas em muros e calçadas, mobiliários interativos



Elementos verdes e mobiliários urbanos
sombra com árvores e jardineiras, bancos, lixeiras



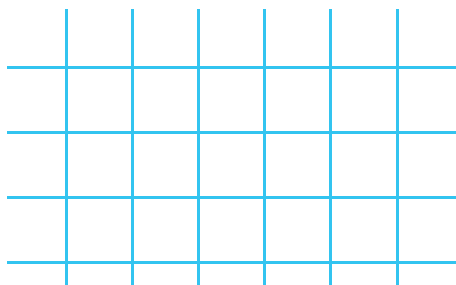
LÚDICO NA INFÂNCIA

Interatividade
Ludicidade
Elementos brincantes
Brincar ao ar livre



ESPAÇO URBANO

Locais de descanso
Mobiliários urbanos
Calçadas de qualidade
Acessibilidade



Conceitos gerais

Em suma, é possível definir os princípios envolvidos nas intervenções da Área da Infância em 4 temas principais:



MOBILIDADE URBANA

Incentivo à mobilidade ativa
Caminhabilidade
Travessias seguras
Zona calma



CLIMA E NATUREZA

Arborização
Conforto climático
Contato com a natureza



02

Por que fazer?





Se você pudesse vivenciar sua cidade a partir de 95 cm – a altura de uma criança de 3 anos – o que você mudaria?

Urban95



Os primeiros anos de vida representam uma fase importante para o desenvolvimento integral da criança, porque é quando moldam e aprimoram suas habilidades motoras, cognitivas, neurológicas e emocionais. Por esse motivo, eventos vividos nessa etapa podem ter efeitos permanentes ao longo da vida, comprometendo a fase adulta. Nesse sentido, é imprescindível compreender que crianças pequenas, principalmente até os 5 anos de idade, devem ser prioridade absoluta para garantir seu crescimento saudável.

Para que isso aconteça, as cidades desempenham um papel fundamental na construção de sociedades mais inclusivas. Ampliar políticas, programas, iniciativas e serviços em conjunto com esferas governamentais e sociedade civil é essencial para oferecer condições adequadas para a inclusão da infância nos espaços urbanos, sendo uma oportunidade para impactar positivamente e diretamente a qualidade de vida das crianças.



Foto: André Albuquerque



Foto: Denise Meirelles

Criança e cidade

A ocupação do espaço urbano durante a infância muitas vezes acontece por atividades lúdicas, jogos e brincadeiras em áreas externas como a rua. A rua é um espaço de convivência que permite à criança vivenciar experiências, aprender a lidar com a diversidade, desenvolver autonomia, aprimorar habilidades e estabelecer relações entre seus pares. Esse processo

mútuo de interação com a cidade é de suma importância para construir uma relação afetiva, identitária e de pertencimento entre criança e lugar.

No entanto, a posição da criança na sociedade se transformou na medida que os espaços dedicados à infância também se transformaram. Cada vez mais as atividades infantis

que outrora aconteciam em áreas externas se deslocaram para espaços internos, enquanto a rua se tornou um lugar inadequado de se estar. Como consequência, as crianças se tornaram mais supervisionadas e com interações entre pares reduzidas.

A redução da sociabilidade das crianças nos espaços públicos faz parte de um longo processo em que as cidades passaram a ser planejadas para privilegiar o deslocamento de automóveis. A prioridade dada aos carros torna o ambiente urbano mais perigoso para os pedestres, alterando as configurações da rua com o alargamento de vias e estreitamento das calçadas. Dessa maneira, as cidades têm substituído áreas ao ar livre por espaços fechados, suprimindo e invertendo o protagonismo das pessoas no espaço urbano.

De acordo com a Urban95, cidades boas para bebês e crianças pequenas são boas para todo mundo. Ou seja, o planejamento urbano que considera e inclui a primeira infância, que representa um grupo vulnerável que necessita de prioridade absoluta, é capaz de proporcionar condições adequadas para toda a população. Por isso, é importante buscar uma relação horizontal em que as crianças sejam

escutadas e para que elas possam participar das decisões públicas da cidade.

O direito à cidade implica na participação de todos indistintamente, incluindo a infância, sobre a construção e fruição do espaço urbano. Dar visibilidade às crianças nas questões coletivas está diretamente relacionada com a compreensão de que elas devem ser incluídas como agentes ativas nos diálogos e na implementação de políticas públicas. Assim, é fundamental que existam iniciativas e ambientes que garantam o exercício desse direito, além de ampliar as perspectivas de participação de modo a estar aberto às sensibilidades e sutilezas da forma que as crianças se expressam e se comunicam.



Foto: Denise Meirelles

Criança e natureza

Os efeitos da urbanização comprometeram o cotidiano da população, distanciando-a gradativamente do meio ambiente natural. Múltiplos fatores corroboraram para o desaparecimento das áreas verdes na cidade, como o planejamento urbano inadequado, o rápido adensamento, a especulação imobiliária, a supremacia do

automóvel nos deslocamentos diários, a poluição ambiental e a má qualidade e manutenção dos espaços públicos.

Como resultado, bebês, crianças, adolescentes, adultos e idosos usufruem cada vez menos de espaços verdes adequados na cidade, como parques, praças, jardins e outras áreas naturais.

Quando inseridos em contextos territoriais de alta vulnerabilidade social, as condições para uma vida saudável e o acesso a um meio ambiente equilibrado são ainda mais dificultados. Durante a infância, a falta de contato com a natureza afeta com mais intensidade a saúde e o desenvolvimento integral das crianças, que estão em fase de formação.

O Marco Legal da Primeira Infância (Lei 13.257/2016) reconhece a importância da proteção do meio ambiente e da natureza para a saúde e o bem-estar infantil. É enfatizado que a criação de espaços lúdicos em locais públicos e ambientes abertos nas comunidades devem propiciar o brincar e estimular a criatividade, dando oportunidade para desenvolverem suas singularidades e subjetividades.

A oferta de espaços verdes traz inúmeros benefícios para o desenvolvimento integral da criança. A liberdade e autonomia do brincar na natureza estimula a criatividade e os sentidos para criar e reinventar brinquedos com recursos encontrados no ambiente; fortalece vínculos afetivos e a cooperação social, promovendo a convivência com outras crianças; e contribui para a educação ambiental, entendendo a importância da conservação da

natureza.

Na escola, o brincar e o aprender estão intrinsecamente relacionados: se aprende brincando com e na natureza. Tratam-se de territórios educativos que possibilitam experiências ao ar livre, o contato com elementos naturais e atividades físicas acrescenta positivamente no aprendizado ativo e explorador fora da sala de aula.

Ou seja, possibilitar vivências diárias em espaços livres e verdes para movimentar, brincar, aprender e conviver é primordial para o crescimento saudável das crianças e para a sustentabilidade das cidades. O direito ao brincar é assegurado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, então, é crucial que o poder público garanta o acesso a áreas naturais seguras e de boa qualidade próximas a suas moradias.

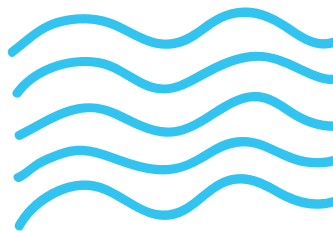




Foto: André Albuquerque

Mobilidade ativa

A mobilidade urbana é definida como a condição que permite o ir e vir das pessoas na cidade e compreende aspectos físicos de infraestrutura viária e os variados modos de transporte, sendo eles os motorizados e não motorizados. A Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei 12.587/2012) dá prioridade aos modos não motorizados, como a mobilidade a

pé e por bicicleta, sobre os modos motorizados, principalmente o transporte particular.

Caminhar e pedalar são modos ativos de deslocamento e se caracterizam como um meio de transporte mais sustentável. Para que a mobilidade ativa seja efetiva, o espaço urbano deve oferecer um conjunto de ações de infraestrutura

que garantam acessibilidade, isto é, a facilidade para se locomover. Entretanto, as ruas e os espaços públicos ainda são hostis e carecem de condições adequadas que promovam segurança e conforto para pedestres e ciclistas.

Calçadas estreitas, pavimentação de má qualidade, travessias inseguras, alta velocidade dos veículos, incidência solar direta e percursos cansativos são alguns dos obstáculos diariamente enfrentados. Tratando-se dos usuários mais vulneráveis da rua, como a primeira infância, as dificuldades dos deslocamentos são potencializadas, visto que bebês e crianças demandam mais atenção dos cuidadores e o ritmo de deslocamento é mais lento.

Pode-se afirmar que a mobilidade urbana está diretamente associada à qualidade de vida da primeira infância. Quanto mais o uso do transporte privado é incentivado, mais efeitos negativos terão à saúde, uma vez que emite alta concentração de gases poluentes e reduz a prática de atividades físicas; à segurança, priorizando o carro e estimulando altas velocidades; ao desenvolvimento pessoal, pois afeta o aprimoramento de habilidades e da autonomia; e à interação com o espaço urbano, comprometendo o fortalecimento

do senso de pertencimento e de coletividade.

Reconhecer a rua enquanto espaço público demonstra que ela não é apenas um local com finalidade de circulação, mas também como um lugar de permanência para brincar e aprender. Para além de mudar o panorama da mobilidade urbana atual, incentivar a caminhada e o uso da bicicleta como alternativa de transporte na cidade é primordial para desenhar ruas adequadas à perspectiva das crianças. Isso permite uma variedade de experiências e oportunidades de brincadeiras e criação de vínculos sociais. Ou seja, uma cidade mais atrativa para a primeira infância deve ser segura, acessível e lúdica para a mobilidade ativa.

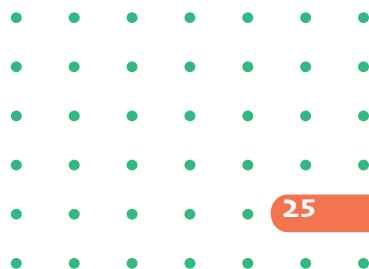




Foto: André Albuquerque

Segurança viária

Muitos dos desafios enfrentados nas cidades são originados pela prioridade dos modos motorizados individuais. No momento em que os veículos são colocados como foco do planejamento urbano, o espaço urbano não é mais moldado pela escala humana. Quanto maior o número de vias são inseridas na malha urbana, maior o deslocamento veicular e,

por consequência, maior o risco de sinistros no trânsito e de ocorrer fatalidades e lesões, sobretudo aos pedestres.

A segurança viária é uma questão urgente na atualidade e entende-se que as lesões e fatalidades ocasionadas no trânsito não são acidentes, visto que se configuram como eventos evitáveis. Hoje,

os sinistros de trânsito refletem um conjunto de fatores, como a infraestrutura urbana deficiente e o desenho das vias que induz altas velocidades dos carros.

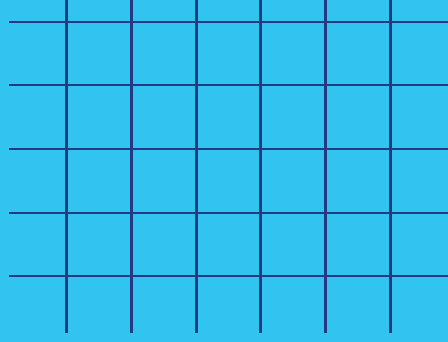
Estudos têm demonstrado a relação intrínseca entre velocidade de circulação dos automóveis e sinistros de trânsito. De acordo com Criança Segura, os sinistros são a principal causa de fatalidades entre crianças e adolescentes de 1 a 14 anos no Brasil. Assim, surge a necessidade de planejar as ruas de forma a promover o bem-estar físico e mental das crianças e eliminar ou minimizar os fatores de risco que ameacem a vida.

Considerando a necessidade de atenção especial para as crianças no espaço público, a implantação de zonas calmas, principalmente em áreas escolares, é uma estratégia eficaz para reduzir os perigos da velocidade dos carros. As zonas calmas são áreas delimitadas que recebem intervenções de medidas de moderação de tráfego a fim de reduzir a circulação dos veículos motorizados para 30km/h e, como resultado, resultar em menos sinistros e vítimas no trânsito.

Além da mudança do desenho viário por meio do estreitamento das faixas de rolamento, instalação de lombofaixas, reforço da sinalização

horizontal e vertical, entre outros, o incentivo à mobilidade ativa e a robustez de políticas de segurança viária são indispensáveis. Essas estratégias são essenciais em entornos escolares mais seguros, principalmente quando crianças e cuidadores se deslocam a pé para a escola. Também podem ser inicialmente implementadas por meio do urbanismo tático, como intervenções temporárias, com o objetivo de avaliar a efetividade das ações e posteriormente implementar de forma definitiva.

Desse modo, promover segurança viária é promover maior qualidade de vida nas cidades. Reconhecer que cidades seguras são aquelas em que os espaços públicos são adequados para a mobilidade ativa (a pé e por bicicleta) é essencial para transformar a maneira que as cidades são desenhadas.



03

**Como
implementar?**



Quando a cidade acolhe a infância, acolhe todo mundo.



Como mencionado anteriormente, a Área da Infância é composta por três elementos principais: Equipamento Público, Espaços Naturalizados e Urbanismo Tático. Para o desenvolvimento da intervenção, deve-se seguir uma série de atividades relacionadas à definição do local, o estudo sobre a condição atual do contexto urbano e realizar uma aproximação com a comunidade local para, então, dar prosseguimento à elaboração e execução do projeto, bem como a avaliação posterior dos impactos imediatos.

Vale destacar que a seleção das localidades para implementação leva em consideração quesitos tais como o caráter de vulnerabilidade social da população e o acesso daquela região a equipamentos públicos e áreas verdes. O intuito da Área da Infância é possibilitar que os moradores do entorno tenham acesso a serviços urbanos, assim como trazer benefícios socioambientais e garantir que as crianças e cuidadores possam caminhar até a escola com segurança.



Foto: André Albuquerque

Passo a passo

1

Planejamento

- Definição da área de estudo;
- Análise e reconhecimento do território;
- Plano de ação.

2

Engajamento comunitário e Coleta de dados

- Coleta de dados do espaço público;
- Coleta de dados pelo Quali-Urb Infância;
- Escuta e Participação da comunidade local;
- Diagnóstico.

3

Desenvolvimento

- Projeto de Equipamento Público;
- Projeto de Espaço Naturalizado;
- Projeto de Urbanismo Tático - considerar elementos lúdicos e projeto de sinalização viária.

4

Execução

- Equipamento público;
- Espaço naturalizado;
- Urbanismo tático - considerar elementos lúdicos e projeto de sinalização viária.

5

Monitoramento

- Coleta de dados do espaço público;
- Coleta de dados pelo Quali-Urb Infância;
- Avaliação e propostas de melhorias.

Planejamento

Definição da área de estudo

Identificação de territórios vulneráveis: seleção do local de intervenção levando em consideração projetos já existentes, a existência de equipamentos públicos relevantes na região e o caráter de vulnerabilidade social da população.

Análise e reconhecimento do território

Levantamento de dados: coletar através de mapeamentos in loco e dados públicos disponíveis.

Plano de ação

Definição do plano de trabalho: objetivos a serem alcançados, cronograma para execução do projeto, produtos a serem elaborados;

Definição do plano de engajamento: estratégias para escuta, participação e envolvimento da comunidade local e do entorno.



LEVANTAMENTO DE DADOS

Ruas, quadras e vielas do bairro;
Dados demográficos e socioeconômicos da população;
Localização de escolas, número e idade de estudantes;
Existência de Equipamentos Públicos (centro comunitário, centro de assistência social ou outras instituições de atendimento às famílias);
Projetos existentes para o entorno (intervenções, planos viários e outros).

Engajamento comunitário e Coleta de dados

Coleta de dados do espaço público

Monitoramento de dados: coletar em diferentes dias da semana, em diferentes locais estratégicos da área de estudo e em diferentes horários;
Levantamento de dados: coletar através de mapeamentos in loco e dados públicos disponíveis.

Coleta de dados pelo Quali-Urb Infância*

Aplicação de formulários: cuidadores das escolas da área de intervenção;
Aplicação de formulários: moradores do entorno imediato;
Análise complementar: investigar a relação entre o modal utilizado e a distância casa/escola, baseado nos dados coletados.

Escuta e participação da comunidade local

Sensibilização com a comunidade local: compreender as necessidades do território e projetos existentes a serem desenvolvidos na área;
Aplicação de questionários: questionário de rotina familiar e verificar a necessidade de aplicação do Quali-Urb Infância;
Atividades de escuta: oficina de escuta com as crianças da escola e comunidade.

Diagnóstico

Análise dos resultados;
Definição das diretrizes de projeto.

*O Quali-Urb Infância objetiva diagnosticar e monitorar a percepção sobre a qualidade do trajeto escolar através da aplicação de um questionário. As dimensões são: segurança pública, segurança viária, caminhabilidade, atratividade e bem-estar dos cuidadores. Para mais informações, acesse o Manual publicado pela Urban95.



MONITORAMENTO DE DADOS

Medição

Ruído;
Qualidade do ar (através do aparelho airbeam);
Velocidade praticada pelos automóveis.

Contagem

Fluxo de pedestres;
Fluxo de ciclistas;
Fluxo de automóveis;
Vagas de estacionamento nas vias e caracterização das vagas (moto, idoso, escolar, etc).

LEVANTAMENTO DE DADOS

Quantidade

Semáforos de automóveis;
Semáforos de pedestres;
Faixas de pedestre;
Faixas de rolamento nas vias;
Mobiliários de descanso;
Lixeiras;
Paraciclos;
Rampas de acessibilidade;
Piso tátil;
Postes de iluminação;
Árvores e demais elementos verdes.

Outros

Uso e ocupação do solo;
Medição da largura das vias;
Medição da largura das calçadas e qualidade da pavimentação;
Localização e caracterização de elementos redutores de velocidade;
Índices de sinistros de trânsito disponíveis em bancos de dados públicos.

Desenvolvimento

Projeto de Equipamento Público

Estudo Preliminar do projeto de adaptação;
Apresentação do projeto para comunidade local;
Projeto Executivo do projeto de adaptação.

Projeto de Espaço Naturalizado

Definição da área de implementação;
Estudo Preliminar;
Indicar elementos do Município a serem usados (brinquedos de madeira, podas e mudas);
Apresentação do projeto para comunidade local;
Projeto Executivo.

Projeto de Urbanismo Tático

Definição da área de implementação;
Estudo Preliminar;
Apresentação do projeto para comunidade local;
Projeto Executivo.



URBANISMO TÁTICO

Nessa etapa, considerar a elaboração de elementos brincantes para interação com o espaço urbano (como pintura lúdica) e do projeto de sinalização viária.

Execução

Equipamento Público

Implementação do projeto: execução da obra, instalação de mobiliários, etc;

Confecção de materiais: totens informativos, materiais de comunicação para panfletos, sites e redes sociais, etc;

Evento de inauguração: promover atividades e oficinas.

Espaço naturalizado

Implementação do projeto: execução da obra, instalação de mobiliários, montagem de brinquedos de madeiras não estruturados, plantio de mudas, etc;

Confecção de materiais: totens informativos, materiais de comunicação para panfletos, sites e redes sociais, etc;

Evento de inauguração: promover atividades e oficinas.

Urbanismo tático

Implementação do projeto: execução da pintura, instalação de mobiliários, etc;

Confecção de materiais: totens informativos, materiais de comunicação para panfletos, sites e redes sociais, etc;

Evento de inauguração: promover atividades e oficinas.



URBANISMO TÁTICO

Nessa etapa, considerar a elaboração de elementos brincantes para interação com o espaço urbano (como pintura lúdica) e do projeto de sinalização viária.

Monitoramento

Coleta de dados do espaço público*

Monitoramento de dados: coletar em diferentes dias da semana, em diferentes locais estratégicos da área de estudo e em diferentes horários;
Levantamento de dados: coletar através de mapeamentos in loco e dados públicos disponíveis.

Coleta de dados pelo Quali-Urb Infância

Aplicação de formulários: cuidadores das escolas da área de intervenção;
Aplicação de formulários: moradores do entorno imediato;
Análise complementar: investigar a relação entre o modal utilizado e a distância casa/escola, baseado nos dados coletados.

Avaliação

Acompanhamento in loco e análises dos impactos da intervenção;
Propostas de melhorias.

*A partir dos indicadores anteriormente medidos, nesta etapa os dados atualizados serão coletados para avaliar o pós intervenção. A comparação entre as medições elucidará se os objetivos esperados foram atingidos e orientará os próximos passos.



MONITORAMENTO DE DADOS

Medição

Ruído;
Qualidade do ar (através do aparelho airbeam);
Velocidade praticada pelos automóveis.

Contagem

Fluxo de pedestres;
Fluxo de ciclistas;
Fluxo de automóveis;
Vagas de estacionamento nas vias e caracterização das vagas (moto, idoso, escolar, etc).

LEVANTAMENTO DE DADOS

Quantidade

Semáforos de automóveis;
Semáforos de pedestres;
Faixas de pedestre;
Faixas de rolamento nas vias;
Mobiliários de descanso;
Lixeiras;
Paraciclos;
Rampas de acessibilidade;
Piso tátil;
Postes de iluminação;
Árvores e demais elementos verdes.

Outros

Uso e ocupação do solo;
Medição da largura das vias;
Medição da largura das calçadas e qualidade da pavimentação;
Localização e caracterização de elementos redutores de velocidade;
Índices de sinistros de trânsito disponíveis em bancos de dados públicos.



04

**Quais os
benefícios?**





Andar a pé é melhor pra ver a natureza.

Miguel, 9 anos



Além dos claros benefícios das intervenções urbanas na saúde e no desenvolvimento integral das crianças, a Área da Infância atua ativamente para melhorar o bem-estar da população como um todo. Medidas que influenciam no espaço urbano e na segurança viária interferem diretamente nas dinâmicas da cidade e por isso podem contribuir para um ambiente urbano mais vivo, diverso e seguro dentro de uma comunidade, bairro ou cidade.

Complementar ao capítulo 2, no qual foi pontuado condições adequadas para a inclusão da infância nos espaços urbanos, as intervenções urbanas envolvem outros benefícios significativos para a cidade. Observa-se benefícios significativos da mobilidade ativa (a pé e por bicicleta) para a economia local e também do redesenho viário para induzir velocidades veiculares reduzidas e minimizar riscos de sinistros no trânsito, discutidos a seguir.





Foto: André Albuquerque

Pedestres e ciclistas favorecem a economia local

É fato que incentivar modos não motorizados, como a mobilidade a pé e por bicicleta, ajuda a diminuir a emissão de gases poluentes, consequentemente contribuindo para a melhoria da qualidade do ar e do clima urbano. Assim como possui contribuições diretas para

a saúde humana ao promover a prática de exercícios físicos.

Além dos benefícios apontados, vale destacar que o incentivo à mobilidade ativa é capaz de impulsionar a economia local. Isso acontece porque, com o

	França (2003)	Londres, Reino Unido (2016)	Toronto, Canadá (2016)	São Paulo, Brasil (2018)
A pé	49%	27%	53%	74%
Bicicleta	7%	2%	19%	1%
Transporte público	24%	52%	22%	11%
Carro	20%	16%	4%	11%
Outros	0%	3%	2%	13%

distanciamento do carro, as pessoas interagem e apropriam com mais frequência e mais ativamente o espaço público, acarretando na revitalização das ruas. Também há uma relação intrínseca entre caminhada e segurança pública, já que o maior número de pessoas transitando gera maior senso coletivo de segurança.

Dessa forma, estimular que as pessoas permaneçam e se locomovam pelo espaço urbano por mais tempo desencadeia uma maior participação nos estabelecimentos comerciais. O estudo de Marcela Kanitz demonstra que no Reino Unido, na França e no Canadá os pedestres são os consumidores mais frequentes do comércio de rua. Em São Paulo, após a Paulista aberta aos domingos e feriados, os comerciantes relataram o aumento das atividades econômicas, além das atividades de lazer.

O quadro acima mostra estatísticas sobre os modos de deslocamento de acesso ao comércio de indivíduos que consumiram algo em sua visita. Em todos os casos, o transporte a pé é maior que o transporte particular. Em São Paulo, o número de pessoas que vão aos comércios locais por caminhada é 63% superior que os que vão com carro. Segundo a autora, os dados revelam que motoristas provavelmente têm uma baixa representatividade dentro da clientela do comércio de rua nessas áreas, pois foram encontrados baixos índices de usos do carro.



Foto: André Albuquerque

Velocidades mais baixas causam menos riscos à vida

A alta velocidade de deslocamento aumenta a probabilidade da ocorrência de fatalidades e lesões graves. Quanto maior a velocidade, menor é o campo de visão do motorista, maior a dificuldade de enxergar obstáculos, maior a distância necessária para reação

e, consequentemente, maior o impacto da colisão. Igualmente, quanto menor a velocidade de deslocamento, maior a segurança para todos os usuários da via.

Ou seja, pode-se afirmar que a gestão de velocidade nas cidades



50km/h



85% de chance de fatalidades



30km/h



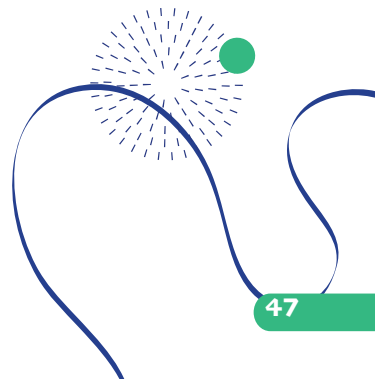
10% de chance de fatalidades

contribui efetivamente para reduzir o número de sinistros no trânsito. De acordo com o World Resources Institute, quando o veículo está circulando em 50km/h, há 85% de chance de vitimar algum pedestre ou ciclista, devido aos fatores mencionados. Quando a velocidade diminui para 30km/h, que é o ideal para as Zonas Calmas, especialmente aquelas situadas em entornos escolares, a probabilidade de fatalidades cai para 30%.

Como usuários mais vulneráveis da rua, os pedestres e ciclistas devem ser priorizados e protegidos. A implementação das medidas redutoras de velocidade, como a alteração da geometria viária, é indispensável para induzir que os veículos circulem de maneira segura. Nesse sentido, as intervenções de urbanismo tático são eficientes para propor um novo desenho viário que priorize a mobilidade

ativa e adote estratégias para que os motoristas tenham mais atenção com o ambiente urbano ao redor.

Ao colocar em pauta pedestres e ciclistas crianças, implementar medidas que reduzam as velocidades dos carros é ainda mais urgente, uma vez que a infância é um grupo ainda mais vulnerável no trânsito. Por esse motivo, as propostas de segurança viária são prioritárias ao planejar uma Área da Infância.





05

Área da Infância na prática



Boas práticas para construir cidades seguras e brincantes para bebês, crianças e famílias!

A primeira Área da Infância foi implementada em Jundiáí, São Paulo, em 2021. O projeto contou com a iniciativa Urban95, realizado pela Prefeitura Municipal de Jundiáí, com desenvolvimento e coordenação do Ateliê Navio. Os territórios selecionados para as intervenções, com o apoio da Urban95 e do Ateliê Navio, foram Vila Arens, Novo Horizonte e Santa Gertrudes.

Com o sucesso do trabalho inicial em parceria com o município, outras Áreas da Infância foram implementadas na cidade, desta

vez por iniciativa da Prefeitura de Jundiáí, tendo como foco a perspectiva das crianças sobre espaços públicos e segurança viária.

A seguir, serão apresentados três projetos executados, com o intuito de servir como referência para futuras iniciativas. É importante destacar que cada território singular e dotado de especificidades, e, por isso, cada Área da Infância possui características únicas, que variam de acordo com as particularidades socioespaciais, geográficas, climáticas e culturais, entre outras.



Foto: Prefeitura de Jundiáí

Área da Infância

Vila Arens



A primeira Área da Infância de Jundiaí foi implementada em Vila Arens. O bairro foi historicamente o berço industrial de Jundiaí e está localizado na região central da cidade. A implementação foi realizada junto com diversas unidades de gestão do município.

De modo geral, a área possui boa conectividade por meio do transporte público coletivo, mas possui várias problemáticas relacionadas à mobilidade ativa, como a inexistência de mobiliário urbano de permanência e arborização em somente 1/4 das calçadas levantadas. O entorno também registra vários sinistros de trânsito devido ao alto fluxo de veículos.

Questionários aplicados durante o diagnóstico do projeto revelaram que a maior prioridade do território é propor soluções para a alta

velocidade do tráfego nas ruas do entorno. Os dados levantados no local demonstram que, apesar da rua da intervenção se caracterizar como uma Zona 30, ou seja, onde os veículos motorizados devem circular por no máximo 30km/h, a maioria das medições resultaram em velocidades que variam de 40km/h a 50km/h.

Com o objetivo de reconectar as crianças com seu entorno urbano, conhecer a história e apreciar a paisagem, foi proposta uma mini expedição a pé no trajeto da Escola para a Fábrica das Infâncias Japy para contarem sobre o que acharam do caminho. Outros questionários também foram aplicados para entender o perfil da comunidade, impressões sobre a área de intervenção e o perfil dos estabelecimentos (no caso dos comerciantes).

No século passado, a edificação abrigava uma fábrica de tecelagem: a Tecelagem Japy. O espaço físico representa uma história de luta e resistência, deixando um legado cultural para a cidade. Após anos sem uso definido, em 2021 se tornou a sede do Comitê das Crianças e se tornou um equipamento público.

A Fábrica das Infâncias Japy busca costurar uma relação entre passado e presente, contando histórias sobre a cidade, a edificação fabril e a infância. O rio foi escolhido como símbolo, visto que o município leva o nome do curso d'água

que atravessa seu território. Na cenografia, o passado têxtil foi resgatado e o lúdico dos rios foi explorado com a materialidade e o movimento do tecido.

As atividades propostas no espaço são diversas, como o ateliê naturalizado, a queda d'água (balanços de tecido), espaço de leitura (cabanas), descanso nas águas, espaço bebê e labirinto de bambu. É um espaço voltado para a experimentação artística, formativa, criativa e reflexiva sobre brincadeiras e infâncias.

Fábrica das Infâncias Japy



Foto: André Albuquerque



Foto: André Albuquerque

Parque Naturalizado Japy

O espaço naturalizado está localizado em uma área verde ao lado da Fábrica das Infâncias Japy, possibilitando o acesso fácil à natureza para as crianças. A área possui 710m² e contou com a participação de 24 crianças nas atividades de escuta, em processo colaborativo de concepção projetual.

O espaço incorporou elementos naturais e brinquedos naturalizados utilizando madeira, galhos, troncos de árvores e outros. Além disso, o

espaço é repleto de paisagismo, com muita presença de sombra e árvores frutíferas.

Algumas brincadeiras presentes são: jardim de esculturas, sementeira, hotel de insetos, ponte da vinci, brinquedos sensoriais de bambu, trilhas com troncos, bolachas, tocos e raízes, sala de aula ao ar livre, balanços, cabanas, tirolesa, móbile de cipó, arte nos troncos e pintura com tinta natural.

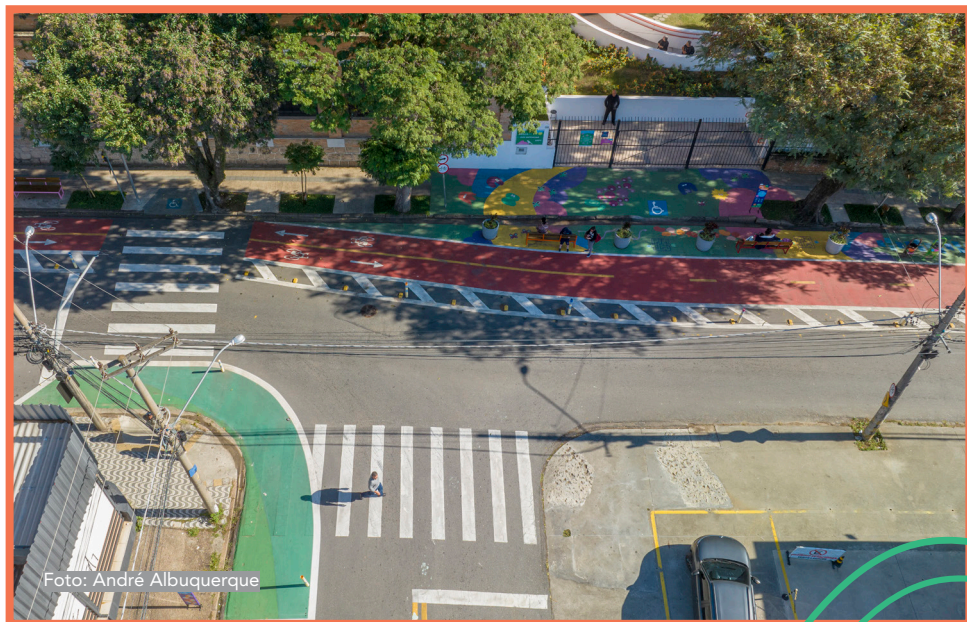
São mais de 7.000m² com soluções que priorizam pedestres. Com a intervenção, houve a redução de 20% da área destinada para automóveis que se transformaram em espaços que incentivam a mobilidade ativa, como a implantação de uma ciclovia educativa de 511m lineares e a ampliação de 346m² de calçadas.

As medições revelam a redução na velocidade média praticada pelos automóveis em 50% (o que antes era 41km/h diminuiu para 21km/h) para garantir maior segurança

viária. Também houve um aumento significativo nos mobiliários de descanso e elementos verdes, que são elementos importantes para uma caminhada agradável e para o conforto climático.

Em relação aos fluxos, o número de ciclistas aumentou em 700%, o de pedestres em 78% e o de automóveis em 41%. A intervenção já recebeu mais de 43 mil visitantes durante seu tempo de funcionamento, englobando cuidadores, crianças e escolas em diversas atividades e oficinas.

Urbanismo tático | Rua Lacerda Franco



Área da Infância Novo Horizonte



O Jardim Novo Horizonte é um bairro localizado na região periférica da cidade de Jundiáí, em área de várzea, com remanescentes importantes de vegetação e Zonas Especiais de Proteção Ambiental. No município, foi um dos primeiros territórios a construir e possuir um Plano de Bairro, do ano de 2022, contendo uma fase de diagnóstico participativa com as crianças e cuidadores.

O bairro possui alta densidade populacional, predominantemente residencial, sendo a maioria das habitações de baixa renda e de interesse social. Devido suas características naturais e área de implantação, o território sofre constantemente com inundações,

contaminações e assoreamentos, sendo agravadas pela parcela significativa de área impermeável, com vias pavimentadas e calçadas de má qualidade.

O diagnóstico socioterritorial aponta que a maioria das famílias moradoras do bairro e do entorno realizam o percurso até a escola a pé, porém precisam enfrentar a ausência de sombras e do contato com a natureza, insegurança viária e rotas sem atrativos. Assim, o projeto foi realizado em conjunto com 3 Escolas Municipais de Educação Básica, além do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e Núcleo de Apoio à Aprendizagem (NAA).

A Área da Infância de Novo Horizonte contou com dois equipamentos públicos de referência: O Núcleo de Apoio à Aprendizagem (NAA II), que faz parte da Unidade de Gestão de Educação, e o CRAS Oeste, que compõem a rede de Assistência Social.

Ambos os equipamentos já estavam consolidados durante a realização do projeto e portanto, tiveram um papel de apoio em sua execução e gestão.

Como parte do projeto foi desenvolvido um Kit para dar suporte às atividades ao ar livre realizadas pelo CRAS Oeste. Os materiais do Kit incluem redes de descanso, esteiras, materiais naturalizados e instrumentos musicais. Esses itens são utilizados pelas equipes do CRAS e do Programa Criança Feliz nas atividades realizadas com as famílias no Parque Naturalizado Novo Horizonte e em outros espaços ao ar livre da cidade.

Núcleo de Apoio à Aprendizagem



Foto: Denise Meirelles



Parque Naturalizado Novo Horizonte

O espaço foi pensado colaborativamente com as crianças das escolas da área de intervenção, por meio de escutas como conversas, mini-expedições, desenhos e brincadeiras. Também ocorreram momentos de troca com a comunidade local, que foram essenciais para a compreensão das necessidades e desejos dos moradores, traduzidos em elementos físicos para o local.

O Parque Naturalizado incentiva o brincar ao ar livre, a convivência e o vínculo com a natureza, possibilitando brincadeiras mais ativas e criativas. Nele, tem

brinquedos não estruturados feitos com madeira e troncos de árvore, além de elementos naturais como água, terra e areia. Assim, engloba brincadeiras para primeira infância, para crianças portadoras de TEA (Transtorno do Espectro Autista) e para Pessoas de Deficiência.

O paisagismo é composto por árvores frutíferas, plantas comestíveis, aromáticas e flores coloridas. Também foi integrado um jardim de chuva que ajuda na drenagem do solo e ameniza o calor, que era uma constante reclamação das crianças.

A intervenção de urbanismo tático em Novo Horizonte inclui a ampliação da calçada em frente ao Parque Naturalizado, onde foram instalados um brinquedo de equilíbrio, bancos, lixeiras, pergolados, vasos com plantas e pinturas lúdicas para proporcionar um espaço confortável de permanência. Também foram realizadas ampliações de calçadas nas esquinas do percurso de intervenção para adequar a geometria conforme padrão de curvatura para redução de

velocidade e para diminuir as distâncias das travessias.

A área contou com o projeto “De olho na faixa”, que se estende desde o NAA até o CRAS, com pinturas de atenção nas faixas de pedestres e com sinalização horizontal e vertical da Área da Infância além de extensões de calçadas protegidas por balizadores personalizados de forma lúdica.

Ao todo, a intervenção conta com 270 metros de extensão e 95m² de pinturas lúdicas.

Urbanismo tático | Av. Profa. Danielle Lourençon



Foto: Denise Meirelles

Área da Infância Santa Gertrudes



O Jardim Santa Gertrudes, localizado na Região Sul de Jundiáí, foi o terceiro bairro a receber a implementação da Área da Infância, a partir da iniciativa Urban95.

O bairro é predominantemente residencial e oferece fácil acesso às rodovias e ao centro da cidade.

Sua população tem uma densidade moderada, com aproximadamente 60% das famílias pertencendo à classe D, com um rendimento médio de 0 a 2 salários-mínimos. A maioria dos moradores é alfabetizada e há uma distribuição equilibrada entre as diferentes faixas etárias. Um aspecto relevante na dinâmica do

bairro é a questão da segurança viária.

Durante o diagnóstico e elaboração do projeto, os moradores destacaram a insegurança viária e o alto fluxo de caminhões e ônibus - que utilizam as ruas do bairro como rota alternativa entre rodovias - como alguns dos principais problemas enfrentados.

As intervenções foram realizadas no entorno de três Escolas Municipais de Educação Básica, além do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS).

O Centro de Referência da Assistência Social da Região Sul (CRAS Sul) desempenha um papel essencial na integração de diversas políticas públicas, articulando educação, saúde básica, cultura e esporte. É uma peça fundamental na promoção da autonomia das famílias e no acesso aos seus direitos.

Complementando a reforma do espaço do CRAS Sul realizada pelo município em 2023, foram criados “cantinhos” acolhedores para os pequenos em todos

os espaços de atendimento às famílias. Na parte interna, as duas salas de atendimento, a recepção e o salão foram equipados com Cantinhos da Infância, projetados para que as crianças e famílias se sintam mais acolhidas enquanto utilizam o espaço. Na parte externa, um pequeno gramado foi transformado por um paisagismo lúdico e brincante, com materiais naturalizados - pedras, troncos, cascas de árvore - combinados com aromáticas, ervas medicinais e flores coloridas.

CRAS Sul



Foto: Denise Meirelles



Praça Naturalizada

A praça naturalizada está localizada próxima ao CRAS, em uma posição central do bairro, e contou com melhorias para ampliar a acessibilidade e incluir a primeira infância. Foram realizadas oficinas de cocriação com crianças do bairro, para identificar seus desejos em relação aos espaços de brincar naturalizados.

O projeto possui uma área de 319m² e aproveita alguns brinquedos e mobiliários já existentes, enquanto propõe melhorias com paisagismo lúdico, sombreamento para maior conforto e permanência, pinturas e

grafismos que incentivam o brincar e estimulam a imaginação, além de uma topografia lúdica que utiliza os desníveis naturais do terreno.

O percurso de intervenção tem aproximadamente 470 metros de extensão e conecta quatro equipamentos públicos, a praça naturalizada e duas outras praças menores. Pinturas lúdicas foram implementadas nos pisos e na viela que conecta os caminhos foram realizadas intervenções artísticas com artistas locais, seguindo as temáticas levantadas pelas crianças durante as escutas. Para melhorar a segurança viária para os pedestres, foram destacados os elementos da sinalização viária, utilizando um

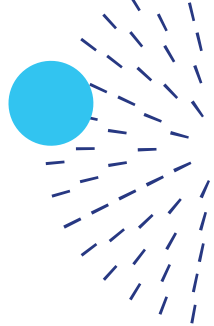
padrão já utilizado pelo município em áreas escolares.

Foram plantadas seis mudas de árvore na calçada que conecta a praça naturalizada ao CRAS e a Escola Estadual.

Vuela



Foto: Denise Meirelles



Desenvolvimento



Iniciativa



Realização



**Prefeitura
de Jundiá**

